

LER

história

27·28

1995

Cultura e Economia

Giulio Sapelli

Civilização, Cultura e História Empresarial

Luis Alonso Álvarez

Crecimiento de la Demanda e Industrialización:
el tabaco en España

De Ambos os Lados do Atlântico

Bela Feldman-Bianco e Donna Huse

Entre a Saudade da Terra e a América

Guilherme Pereira das Neves

Do Império Luso-Brasileiro ao Império do Brasil

Gladys Sabina Ribeiro

"Brasileiro, vamos a eles!": identidade nacional e controle social no
Primeiro Reinado

José Castro e José Luís Garcia

"A Batalha" e a questão colonial

Arte e Saber

Idalina Conde

Artistas, Renascimento e Fundações

Maria Carlos Radich

O Saber da Resinagem em Portugal

Estudos Breves

Luis Vidigal

O poder local ontem e hoje

Henrique Rodrigues

Índices de alfabetização de migrantes saídos do Brasil

História e Informática

Ciência ou literatura? - entrevista com Jean-Philippe Genet

FIM DE SÉCULO

A Batalha e a questão colonial

José Castro e José Luís Garcia

1. A política colonial republicana

Nas duas últimas décadas do século XIX, passado o período de transição motivado pela abolição da escravatura, inicia-se uma nova fase da colonização portuguesa em África, que se traduz na ocupação militar e administrativa das colónias. O objectivo é substituir o império atlântico, transformando as colónias africanas em fonte de matérias-primas baratas e escoadouro dos produtos da metrópole.

O renovado interesse pelas colónias de África é encarado, não só como tábua de salvação para o pouco desenvolvido capitalismo português, mas também como uma questão de orgulho nacional que o ultimato inglês veio extremar.

A abolição da monarquia não vem alterar este esquema. A República empenha-se fortemente numa atitude de continuidade relativamente à política colonial seguida nos últimos anos da monarquia. A sua aposta nas colónias africanas expressa-se, claramente, na escolha, para Altos Comissários, de figuras de primeiro plano do regime, como Norton de Matos e Brito Camacho, e na criação do Ministério das Colónias, logo, em 1911.

As linhas de força da política colonial traçada são a descentralização administrativa e financeira das colónias, aliás, já iniciada nos anos finais da monarquia, o esforço de ocupação efectiva do território, corporizada nas campanhas militares que se desenvolvem entre 1910 e 1920, e a implementação da colonização branca.

Estes propósitos escoravam-se nas leis orgânicas aprovadas pelo governo de Afonso Costa, em 1914, que estabelecem as regras básicas da administração colonial e definem o estatuto jurídico das populações indígenas. No primeiro caso, opta-se por substituir a administração militar por circunscrições civis. No segundo caso, define-se o *africano assimilado*, sujeito à legislação portuguesa em oposição ao *indígena incivilizado*, colocado sob a tutela do governo e sujeito à legislação especial.

A nova legislação é acompanhada pela elaboração duma ideologia colonialista moderna, baseada nos trabalhos da Sociedade de Geografia, com António Enes à cabeça, que se dissemina por toda a sociedade portuguesa. Os vectores fundamentais desta construção ideológica são a ideia da vocação colonial civilizadora dos portugueses e o paternalismo humanitário em relação aos negros. A vocação colonial espelha-se numa suposta missão civilizadora, altruistamente levada aos africanos, os quais, como refere James Duffy, eram vistos «como uma criança que deve ser trazida lentamente ao estado adulto da civilização europeia». ⁽¹⁾

A política republicana teve importantes efeitos sociais. Um dos mais significativos foi o aumento da população branca, que terá passado de 13 mil habitantes em 1913, para 43 mil em 1927, em Angola; e de 11 para 18 mil, em Moçambique. Grande parte dos novos emigrantes brancos dedica-se ao comércio ou ingressa no funcionalismo. Mas muitos procuram estabelecer-se como colonos, começando a crescer o número de pequenas e médias plantações.

Desenvolve-se, assim, o processo de estratificação da população branca. A elite colonial, detentora do poder e da riqueza, é formada por um número restrito de grandes plantadores. Quanto aos pequenos plantadores, permeáveis às flutuações dos preços do mercado internacional, vão empobrecendo à medida que se agrava a crise económica. A esta situação não escapam os brancos empregados no funcionalismo, cujos salários não acompanham a inflação crescente. Forma-se um *lumpem*-proletariado, constituído por degredados da metrópole e pequenos plantadores arruinados.

Com o aumento da colonização branca, o problema do racismo ganha maior acuidade. A política republicana pretendia separar os crioulos «assimilados» dos indígenas, mas reprimia severamente as tentativas dos crioulos se constituírem como instância de mediação entre as autoridades portuguesas e a população nativa.

Entre aqueles, cresce a resistência ao racismo e começa a desenvolver-se um sentimento de orgulho por pertença à raça negra, que vai alastrando e está na origem do aparecimento de diversos movimentos negros organizados, como a Liga Africana e o Partido Nacional Africano. Oliveira Marques refere-se a estes movimentos, que considera «embrionários e de elite, sem reflexo nas massas africanas.»⁽²⁾

Inicialmente, o regime republicano pretendia substituir o trabalho forçado, formalmente instituído em 1890, e desenvolver uma política de apoio às populações negras, incentivando a sua fixação como agricultores.

No entanto, cedo os republicanos se aperceberam da indispensabilidade do regime de trabalho forçado para a manutenção do sistema. Deste modo, o *Regulamento Geral do Trabalho dos Indígenas*, de 1914, estabelece a obrigatoriedade de todos os nativos válidos e sem rendimentos regulares trabalharem como assalariados nas plantações durante três meses ao ano. Na prática, o verdadeiro sistema consistia no arrebanhamento dos negros, à força, feito por funcionários corruptos que os vendiam aos colonos. Muitos negros angolanos são levados para trabalhar nas plantações de S. Tomé; em Moçambique estabelece-se um rendoso negócio de recrutamento de mão-de-obra negra para trabalhar nas minas da Rodésia e da África do Sul.

Deste modo, naufragaram as boas intenções civilizadoras dos republicanos, vergadas às «realidades» inerentes a um sistema que não podia prescindir do trabalho forçado e temia as consequências da melhoria das condições sociais dos negros.

A política colonial republicana fracassou na sua intenção de promover o desenvolvimento capitalista nas colónias. Apresentada pelos seus mentores como um projecto nacional, suscitou forte oposição de diversos sectores da sociedade portuguesa. Por um lado, é antagonizada pelos monárquicos e integralistas, fazendo-se eco dos sectores industriais e agrícolas metropolitanos, que se sentiam prejudicados pelas tendências descentralizadoras e os limites impostos ao protecçãoismo da indústria e comércio portugueses. Por outro lado, alvo de fortes críticas por parte do movimento

operário organizado, que condena o «trabalho escravo», a exploração do proletariado branco e a situação degradante dos negros.

Estando a questão colonial em grande parte por estudar, entre os historiadores existe a ideia generalizada de que a ideologia colonialista, subjacente à política republicana, estaria disseminada pelo conjunto da sociedade portuguesa e de que o próprio movimento operário organizado comungaria da «vaga de nacionalismo colonial» gerada na sequência do ultimato inglês ou permaneceria alheado da questão colonial. Outra versão, sustentada por José Capela,⁽³⁾ pretende que as organizações operárias portuguesas, apesar de criticarem a «exploração com características de escravagista», não questionavam o sistema de exploração colonial que a originava.

Confrontámos estas versões com o estudo das posições sobre a «questão colonial» do jornal diário *A Batalha*, órgão do movimento sindical e, sem dúvida, o jornal operário mais importante durante este período, em cuja redacção se concentra o principal núcleo de propaganda dos ideais libertários. O jornal diário *A Batalha* é, a partir de 1919, o porta-voz do movimento sindical e, no seu período áureo (1921/23), foi o terceiro maior diário nacional, a seguir a *O Século* e ao *Diário de Notícias*.

Entre 1919 e 1927, o *A Batalha* dedica numerosos artigos à questão colonial, que se podem agrupar em três eixos temáticos fundamentais:

- 1) A crítica da política colonial republicana;
- 2) O apoio ao movimento social anti-capitalista nas colónias;
- 3) A problemática da «emancipação da raça negra» e o apoio às organizações de negros na metrópole e colónias.

Chegámos à conclusão que é durante o período republicano, após a I Guerra Mundial, que se começa a desenvolver a crítica da ideologia e da prática do colonialismo republicano e a formar, nalguns sectores do militantismo libertário, uma consciência anticolonial. As primeiras manifestações desta nova consciência surgem vinculadas ao «anti-guerrismo» que o movimento operário manifesta contra a intervenção na guerra. Outros factores que contribuem para o seu surgimento são a deportação de numerosos militantes operários para as colónias, onde contactam ao vivo com a realidade colonial, e o estabelecimento na metrópole de uma significativa colónia de negros e mulatos que procuram fazer ouvir a sua voz e buscam apoio do movimento sindical.

O *A Batalha* é o principal veículo difusor desta nova mentalidade anti-colonialista. É desse esforço pioneiro, não isento de ambiguidade e contradições, que pretendemos dar conta neste artigo.

2. A Batalha contra a política colonial republicana

Durante os seus anos de publicação legal, um grande número de artigos do jornal *A Batalha* é dedicado à crítica da política colonial republicana. O jornal denuncia a corrupção dos altos dignatários do regime colonial, as benesses concedidas às grandes companhias estrangeiras e o regime prisional existente, considerado um verdadeiro

«inferno de Dante»; paralelamente, aponta as «iníquas condições» a que estão submetidos os trabalhadores negros, o racismo, a repressão sobre as organizações de defesa dos negros, as perseguições à imprensa indígena e, sobretudo, a existência de «trabalho forçado», autêntico regime de escravidão disfarçado, a coberto do qual os negros são vendidos aos colonos ou enviados para as minas da Rodésia e da África do Sul.

Norton de Matos é um dos alvos predilectos da fúria adjectiva dos redactores de *A Batalha* que lhe dedicam dezenas de artigos fortemente críticos. Para o jornal sindicalista, o Alto-Comissário de Angola personifica os malefícios e a duplicidade da República e as críticas que lhe são dirigidas visam, por extensão, toda a administração republicana.

Críticas pessoalizadas, acentuando a corrupção e os «negócios chorudos» feitos nas colónias, são igualmente dirigidas a Rego Chaves, seu sucessor, responsabilizado pelo escândalo do BNU em que «o tesouro público foi depauperado num milhão de libras»⁽⁴⁾ e a Brito Camacho, cujo nome aparece ligado ao negócio de venda de escravos negros para a Rodésia e África do Sul.⁽⁵⁾

Os ataques ao «régulo» Norton de Matos e seus pares e a descrição detalhada dos «crimes» que se praticam no seu «império angolano», são, afinal, o pretexto para o *A Batalha* traçar um retrato implacável do colonialismo português que nos apresenta como um regime de feroz opressão e exploração dos trabalhadores brancos e negros.

Os artigos dedicados a este objectivo, muitas vezes baseados em cartas enviadas das colónias ou testemunhos directos entrevistados pelo jornal, são às dezenas, pelo que seria fastidioso, ou mesmo impossível, citá-los aqui. Por isso, optámos pela descrição de algumas campanhas que são paradigmáticas do tipo de desmistificação crítica do colonialismo que o jornal empreende sistematicamente, em detrimento de uma exposição cronológica exaustiva.

Uma «Carta a um negro sobre a escravatura», assinada por «uma voz que proclama no deserto», traça um significativo paralelo entre a obra civilizadora do colonialismo português e inglês.

«[...] Os ingleses têm pelo negro o mais afrontoso dos desprezos. Não o consideram gente: tratam-no, porém, como a um animal, alimentam-no convenientemente e não lhe fornecem as mulheres. Os portugueses não. Exploram o negro o mais que podem, não lhe pagam e não lhe dão de comer. Em troca civilizam-no. Civilizar, para eles significa sifilizar-lhes as mulheres e por elas toda a raça, e alcoolizar os homens, incapacitando-os a todos para a vida e o pensamento. A obra da colonização portuguesa resume-se a isso.»⁽⁶⁾

São inúmeros os artigos, afinando pelo mesmo diapasão, em que se apontam exemplos de racismo, prática de sevícias sobre os negros, a exploração a que são submetidos e a repressão de quaisquer veleidades de resistência. São denúncias concretas, através das quais se pretende chamar a atenção do proletariado da metrópole para a situação dos «seus irmãos negros», e que têm títulos como «Um caso revoltante de escravatura: uma mulata que não pode viver com o homem que a sua afeição escolheu»⁽⁷⁾, ou, «Um pobre preto martirizado pela patroa: um rapaz de quinze anos queimado com água a ferver e com um ferro em braza»,⁽⁸⁾ ou, ainda, uma «Carta de Angola», em que se

relata que o administrador de Luanda «... destacou para as ruas centrais da cidade soldados indígenas, armados de cavalo marinho, com ordens expressas de chicotear todo o preto que tivesse a ousadia de andar pelo passeio.»⁽⁹⁾

Mas, é principalmente sobre o regime de trabalho forçado que o *A Batalha* se encarnaça, considerando-o a imagem de marca da obra civilizadora dos portugueses:

«[...] Se assaltar uma povoação do interior de Angola, por exemplo, para violentamente deitar mão aos seus habitantes mais válidos e levá-los comprimidos entre filas hostis de 'cipaios' até ao litoral e dali enviá-los como remessas de gado, a este ou aquele patrão, não é exercer uma iniquidade repugnante, não é exercer escravidão na sua forma mais chocante e indigna, então era favor que os negreiros nos dissessem que significação dão à palavra escravatura.»⁽¹⁰⁾

A mesma situação é denunciada em Moçambique, onde, citando o jornal *L'Humanité*, *A Batalha* relata como «[...] a Câmara das minas do Transval decidiu pagar daqui para o futuro 20 shillings em vez de 13 por cada negro que lhe for fornecido»,⁽¹¹⁾ o que leva o articulista a concluir que o conceito de colonizador que dos portugueses se forma no estrangeiro é o de «mercadores, negreiros imundos».

Outro alvo das denúncias de *A Batalha* é a repressão que se abate sobre todos os brancos ou negros que ousam protestar contra as condições a que estão submetidos.

Num artigo intitulado «Os acontecimentos de Angola», relata-se como na sequência de uma greve dos indígenas de Catete «a fim de obterem melhoria da sua condição de escravos, as prisões de Angola, e, em especial, a fortaleza de S. Miguel, em Luanda, estão a abarrotar de centenas de negros, numa situação de incomunicabilidade absoluta, há mais de trinta dias sem culpa formada, sem alimentação suficiente e sujeitos aos mais cruéis castigos e torturas corporais! E para que os protestos das vítimas não se pudessem fazer ouvir, por ordem arbitrária e tirânica do senhor Norton de Matos foi selada a sede da Liga Angolana, presos os seus dirigentes, suprimidos os jornais indígenas como «O Angolense» e «A Verdade», impedidos de circular e apreendidos diversos suplementos de «O Protesto Indígena.»⁽¹²⁾ No dizer do jornal, «Angola sufoca sob um regime de terror».

O regime prisional vigente é comparado ao «Santo Ofício» e a prisão da Fortaleza de S. Miguel à «Bastilha» e considerada um «verdadeiro Inferno de Dante». Nesta prisão de Luanda, «estão supliciando os condenados com castigos desumanos. A condenação a 30 dias de jejum, ou seja, a pão e água, é distribuída a torto e a direito... Além do jejum há ainda os pés dos condenados sob algemas... há vinte e cinco cruéis palmatoadas. E sobre as palmatoadas... há o cavalo-marinho que 125 vezes atinge o padecente.»⁽¹³⁾

Acresce que os presos e degredados são forçados a trabalhar em obras públicas, como a construção de estradas e caminhos-de-ferro, onde morrem às centenas. *A Batalha* relata, por exemplo, a morte de 105 presos que participavam em condições desumanas na construção da estrada de Luanda a Calumbo, a morte de centenas de homens, «devido ao clima e aos maus tratos», que participavam na construção de uma estrada em Catete e como, de 399 homens enviados para a colónia penal de Matala, «que deveria antes chamar-se Mata-los», apenas 45 regressaram a Luanda.

O pior é que não é preciso muito para que os trabalhadores que chegam a Angola à procura do «El Dorado» mergulhem no «Inferno de Dante». O *A Batalha* enceta «uma campanha moralizadora» contra a colonização branca, advertindo os incautos que mais vale ficarem por Lisboa. Citando abundantes cartas que lhe foram enviadas por operários contratados para trabalharem nas colónias, adverte que estes contratos, cheios de «promessas mirabolantes», não passam de «burlas», e que o «paraíso prometido» não passa, afinal, de um regime de quase escravidão.

Um «ludibriado» entrevistado pelo jornal, relata que as promessas feitas pela Agência Geral de Angola são falsas. «O operário desembarca em Luanda. Procura a casa prometida e não há, pretende receber o subsídio de família e arranjam-lhe tais complicações burocráticas que o obrigam a desistir, vê que a ganância brutal do comércio lhe leva o ordenado... e passa a vegetar, a trabalhar mal disposto. Cheguei a ver operários dormindo na praça pública.»⁽¹⁴⁾ O mesmo se passa com os contratados da Companhia Colonial Buzi, os anúncios da moagem e das companhias vinícolas e coloniais que «proclamam a genial administração desse Alto-Comissário de Angola». Quanto aos operários que «reclamam o integral cumprimento dos contratos assinados em Lisboa, são metidos na cadeia.»⁽¹⁵⁾

O objectivo deste tipo de denúncias, que encontramos em profusão nas páginas do *A Batalha*, é desmistificar a imagem dada pela imprensa metropolitana do colonialismo português e apoiar todas as manifestações de «luta de classes» que surgem nas colónias. Escritos num tom de moralismo tolstoiano, são artigos agitativos, em tudo semelhantes àqueles que o jornal dedica à denúncia dos abusos e da exploração existentes na metrópole.

Obviamente que, sendo denúncias factuais referidas a casos concretos, não têm pretensões de análise teórica e não estão dirigidos à crítica dos fundamentos do sistema colonialista. Seria, contudo, um erro pensar que este tipo de artigos é paradigmático da visão que *A Batalha* e o movimento sindical português têm do sistema colonial, visão que se limitaria a pôr em causa os excessos de repressão e exploração inerentes ao sistema colonial.

3. *A Batalha* e o movimento operário nas colónias

Uma das preocupações centrais do *A Batalha* é apoiar a organização sindical nas colónias e os movimentos grevistas aí desencadeados. Preocupação, aliás, natural, se tivermos em conta que o movimento operário nas colónias, tal como na metrópole, é hegemonizado por elementos afectos à corrente sindicalista-revolucionária, que tinham sido degredados para as colónias ou emigrado em busca de melhores condições de vida.

As relações de *A Batalha* com a imprensa sindicalista das colónias são muito estreitas. O *A Batalha* mantém relações privilegiadas com *O Emancipador*, jornal anarco-sindicalista ligado à Casa dos Trabalhadores em Lourenço Marques, em cuja redacção escrevem destacados militantes libertários, como João Vaz (pseudónimo de Raúl Neves Dias), um dos fundadores do *A Batalha*, e Forger. Referindo-se às perseguições

de que são alvo os jornais oposicionistas em Lourenço Marques, o *A Batalha* refere que «apenas dois jornais se têm ali conduzido com alta independência, sendo estes o semanário operário *O Emancipador* e o semanário republicano *A Colónia*, jornais que foram «os únicos chamados à barra dos tribunais e condenados em penas severas». (16)

O Emancipador, jornal que se publicou entre 1920 e 1937, é o mais combativo e o de maior número de leitores entre os trabalhadores de Moçambique, situação que vale os «favores» persecutórios da administração da província. O *A Batalha* relata como este jornal teve que ser substituído pelo *Voz do Emancipador* devido às perseguições de que era alvo. (17)

As dificuldades da imprensa operária nas colónias reflectem o estado precário do movimento sindical aí existente, constituído por um reduzido número de militantes, recrutados principalmente entre os ferroviários e o funcionalismo público, e dividido entre a fidelidade aos princípios libertários e a sua condição de representante de um extracto europeu que, embora explorado, é privilegiado em relação aos negros, no espectro social das colónias.

Referindo-se a esta fragilidade da organização sindical, escrevia um correspondente do *A Batalha* que «a casa dos trabalhadores é um facto em Lourenço Marques, albergando-se já hoje sobre o seu tecto, as organizações operárias, embora ainda não esteja acabada, porque o edifício planeado é enorme para a organização e recursos locais». (18)

Se esta era a situação do movimento sindical em Moçambique, em Angola o processo estava ainda mais atrasado; e, em Março de 1925, num comício público em Luanda contra a actuação do BNU na colónia, um dirigente operário apelava aos camaradas presentes a «organizarem os seus sindicatos», por forma a melhor combaterem «os altos potentados da finança e do Banco Nacional Ultramarino».

Sobre as causas deste atraso na organização sindical em Angola, uma entrevista a dois dirigentes desse movimento, sugestivamente intitulada «O estado moral dos sindicatos em Luanda», esclarece que o mesmo se ficou a dever «ao comodismo que os europeus em África pretendem em assuntos desta natureza», lamentando que «numa terra em que há tantos milhares de almas subjugadas ao capitalismo, elas se não unam na defesa dos seus interesses, como seria para desejar.» (19)

Na mesma entrevista, este dirigente sindical lamenta que as autoridades ainda não tenham aprovado os estatutos do «Sindicato Misto Operário em Luanda», com o pretexto de que aquela associação não deveria englobar trabalhadores negros, concluindo que «é natural que tenhamos de fazer um artigo mais para excluir a admissão de nativos no sindicato». (20)

A mesma situação parece verificar-se em Moçambique, onde José Capela refere que a única tentativa de integração de negros nos sindicatos operários se verificou com o sindicato dos tipógrafos, tendo dado azo a manifestação de racismo e saldando-se por um fracasso. (21)

A não integração dos negros no movimento sindical resultaria, não só das obstruções da administração colonial, mas também da resistência dos próprios operários europeus.

Apesar das suas debilidades, o movimento operário nas colónias, sobretudo em Moçambique, mantém-se combativo, dirigindo as greves que vão ocorrendo por força do agravar da crise nas colónias.

A movimentação grevista é, evidentemente, apoiada pelo *A Batalha* que, entre outras, noticia e apoia a greve dos funcionários públicos em S. Tomé, em 1921; a greve dos ferroviários em Lourenço Marques (1921) e a greve dos ferroviários e portuários em Moçambique (1925); a greve da polícia indígena de Lourenço Marques, em 1924, e a greve dos empregados do comércio em Angola em 1925. Mas, dá conta também de revoltas de negros, como a que ocorreu na Guiné, em 1925, em cuja repressão morreram 22 soldados e centenas de negros». (22)

Entre estas greves destacam-se, pela sua importância, a greve dos ferroviários e portuários de Lourenço Marques em 1925, que levou à proclamação do estado de sítio na capital da província, e a greve dos funcionários públicos em S. Tomé, que gerou fortes tumultos raciais. O *A Batalha* deu amplo destaque a ambas.

A greve dos ferroviários e portuários de Lourenço Marques, iniciada em 11 de Novembro de 1925, integra-se numa onda de agitação social que lavrou em Moçambique na segunda metade desse ano, cujo ponto mais alto foi a eclosão duma greve geral em Lourenço Marques que «paralisa o comércio e a indústria, empregados dos serviços urbanos de iluminação e transportes, operários da construção civil e tipógrafos.» (23)

A repressão desencadeada é feroz, sendo presos e deportados para Lisboa dez dirigentes grevistas, proibido o *O Emancipador* que passa a circular clandestinamente, assassinado o operário Raúl Ferreira e utilizada pelas autoridades a prática do «vagão fantasma» contra as sabotagens da via férrea.

Finalmente, em Fevereiro de 1926, com numerosos ferroviários presos e muitos outros despedidos, a greve termina com um fracasso. O movimento encontra um eco bastante alargado nas páginas do *A Batalha* que, nos dois anos que se seguiram, dedica dezenas de artigos à situação dos despedidos, presos e deportados, vítimas de uma atitude de «vingança das autoridades ferroviárias (...) que deu lugar a terem enchido as cadeias de desgraçados que têm sofrido tremendos martírios morais...» (24)

A greve do funcionalismo público de S. Tomé por melhorias salariais, em Março de 1921, é reprimida com igual ferocidade, e acompanhada por ataques de europeus armados aos indígenas e grevistas. Em princípios de Abril de 1921, o *A Batalha* noticia com grande destaque estes acontecimentos, sob o título «A situação em S. Tomé: os ataques à raça negra». Citando uma nota do Comité da Junta dos Direitos de África, que descreve como «proclamada a greve, as autoridades locais intervieram parcialmente, impondo pela violência o trabalho; tendo sido ordenado à força pública o emprêgo das armas, esta recusou-se a obedecer; distribuídas então as armas ao elemento europeu comerciante para, a pretexto de manter a ordem, impôr o trabalho, por toda a parte irromperam resistência e protestos, cujo epílogo foi o assassinio de vários indígenas e funcionários europeus.» (25)

Na sequência destes acontecimentos, o *A Batalha* noticia que foi proclamado em S. Tomé o estado de sítio, pedido pelas autoridades o envio de reforços policiais de Angola, feitas numerosas buscas domiciliárias e prisões, como a do director do jornal indígena *A Liberdade* e a do presidente da Liga dos Interesses Indígenas de S. Tomé

e Príncipe, e vários operários que vão ser deportados juntamente com os indígenas pertencentes ao corpo da polícia, em número de 200. ⁽²⁶⁾

No rescaldo destes acontecimentos, o redactor do *A Batalha*, Mário Domingues, faz uma interessante análise das classes existentes em S. Tomé, concluindo que a burguesia negra, «pacata e covarde», apenas quer substituir o capitalismo europeu pelo domínio do capitalismo negro. «Caberá à classe operária e aos pequenos funcionários o papel predominante na emancipação da raça... Mais tarde, quando as ideias evoluírem, os trabalhadores das roças serão o agente impulsor, os que hão-de transformar a engrenagem social que em S. Tomé existe mais defeituosa do que em qualquer outra parte.» Na parte final do artigo, o autor prevê o surgimento «de organismos negros» que ofuscarão «os organismos que em Lisboa se têm constituído, apenas para defender os interesses dos proprietários negros», e que «a classe operária, aliada a organismos de negros, garantirá o êxito das reivindicações de raça.» ⁽²⁷⁾ Pela primeira vez, surge nas páginas do *A Batalha* a ideia da existência de «reivindicações de raça», cujo êxito só poderá ser garantido por uma aliança entre os negros e a classe operária da metrópole.

Estas ideias, contudo, não são inteiramente partilhadas pelo movimento operário nas colónias. Neste, sem dúvida devido à sua situação objectiva de extracto europeu privilegiado face à maioria negra, manifestam-se contradições e ambiguidades perante a questão colonial que transparecem na correspondência vinda do Ultramar que o *A Batalha* publica.

Referindo-se às causas da greve dos empregados da Companhia do Niassa, em Março de 1924, um trabalhador desta Companhia que escreve para o *A Batalha*, ressalva que «o nosso movimento — reparem nisto todos os portugueses de boa-fé — é de defesa dos interesses dos empregados, mas visa também os interesses gerais e superiores da colectividade. Esta parcela importantíssima do património nacional não pode ser esquecida e abandonada.» ⁽²⁸⁾ Um outro correspondente de Moçambique acusa o governo metropolitano de estar a «cavar um abismo que só poderá ter por fim a independência de Moçambique», porque «daqui a 20 anos, haverá uma geração, aqui nascida e criada, para quem Portugal será uma terra estranha, e que não suportará o seu jugo, repelindo e tornando-se independente.» ⁽²⁹⁾ O exemplo que o autor tem em mente é o das colónias britânicas, «cuja população recusa o epíteto de inglesa... gozando da máxima liberdade e autonomia», enquanto os governantes portugueses «cegos e imbecis até ao extremo... vão batendo hoje o pé às populações, esquecendo que um dia serão corridos a pontapé por aqueles que pretendem governar.» ⁽³⁰⁾

A exemplo do *A Batalha*, a imprensa libertária nas colónias não deixa de condenar a opressão e a exploração de que a maioria negra é alvo; no entanto, pelo menos na sua maior parte, mantém uma desconfiança mesclada de racismo relativamente às reivindicações da raça negra e defende a soberania de Portugal sobre as colónias ou, nalguns casos, manifesta inclinação pelas teses da independência branca.

É provável que esta duplicidade na atitude do movimento operário das colónias face à questão colonial tivesse repercussões no movimento operário da metrópole. É importante referir que, nalguns raros artigos do *A Batalha*, também encontramos uma crítica da política colonial republicana na perspectiva de que as colónias são um «sorvedouro» em vez de fonte de lucros, ou de que os portugueses deviam restringir

a sua acção à missão civilizadora.⁽³¹⁾ Mas, estes artigos constituem excepções e, apesar das estreitas ligações que unem o *A Batalha* à imprensa sindical nas colónias, a sua atitude face ao «problema da raça» é substancialmente diferente.

As repetidas denúncias da miserável condição dos negros e o apoio ao movimento sindical nas colónias reflectem a preocupação do *A Batalha* com a defesa da dignidade do ser humano, independentemente da sua raça, e a prioridade que sempre confere à «questão económica e social», temas que são uma constante durante a sua existência. Desde 1921, porém, quando o *A Batalha* apoia inequivocamente a criação do Partido Nacional Africano e analisa detalhadamente a polémica que rodeia o Congresso Pan-Africano realizado na Europa, os problemas da emancipação da raça negra e do futuro das colónias passam para primeiro plano, levando o jornal a questionar abertamente o próprio sistema de dominação colonial.

4. Em defesa da emancipação da raça negra

4.1. A criação do Partido Nacional Africano

Em Março de 1921, o jornal *A Batalha* noticia que «acaba de se formar um partido constituído por naturais das colónias portuguesas no continente africano». O Partido Nacional Africano formado a partir da Junta Nacional dos Indígenas, tem como propósito fundamental «a transformação do estado nacional unitário existente em estado federalista e descentralizado, de modo que um verdadeiro pacto de harmonização de interesses e direitos se estabeleça entre todas as raças nacionais» e advoga «a remodelação, no sentido da máxima liberdade, dos estatutos que actualmente regulam os direitos políticos e civis dos indígenas».⁽³²⁾

A criação do PNA, apesar dos cuidados patentes na formulação dos seus estatutos precavendo uma possível ilegalização, significa um importante passo no esforço de organização dos negros da metrópole à margem da tutela e dos limites impostos pelo regime republicano, intuito que rapidamente vai fazer rebentar à luz do dia importantes dissensões no seio da comunidade negra residente na metrópole.

O *A Batalha* apoia inequivocamente o PNA desde o início, publicando frequentemente os seus comunicados e noticiando as suas iniciativas. O primeiro exemplo deste apoio surge a propósito da greve dos funcionários públicos em S. Tomé, quando o diário noticia um comício do PNA «para levar ao conhecimento do povo de Lisboa as reivindicações das raças indígenas e protestar contra as medidas de repressão violenta de que estão sendo vítimas os trabalhadores de S. Tomé.»⁽³³⁾

A confirmação do carácter anti-colonialista deste partido surge quando o *A Batalha* noticia que o PNA irá participar num «congresso reunindo negros de todo o mundo» que se realizará na Europa em Agosto e Setembro de 1921. No mesmo artigo em que anuncia a realização deste congresso, o *A Batalha* proclama que o PNA «está perfeitamente identificado com o maior revolucionário negro, Marcus Garvey, natural da Jamaica e conhecido pelo «Moisés Negro». Quer este a «África para os africanos». E acrescenta que «a política interna do Partido Nacional Africano baseia-se na máxima: 'Indígenas

das cinco províncias da África portuguesa uni-vos!' A sua política externa nesta outra máxima: 'Negros de todo o mundo uni-vos!>' (34)

No primeiro e, ao que sabemos único, número do jornal «O Protesto Indígena», porta-voz do PNA, acentua-se que o partido «é absolutamente estranho a todos os partidos da metrópole.»; (35) não consente no seu meio elementos estranhos à raça africana e acusa-se a Liga Africana de Lisboa de ser um instrumento «ao serviço das castas interessadas na escravização das raças indígenas», (36) financeiramente suportada pelos dinheiros de «certos graúdos da alta finança colonial».

O *A Batalha* noticia que a Liga Africana envia ao Congresso Pan-Africano dois delegados que apresentarão uma tese sobre o «futuro da raça negra». O PNA também estará representado mas, segundo informa o *A Batalha*, «os seus delegados... assumirão uma atitude de reservada expectativa em vista da sua constituição heterogénea não lhe dar uma característica profundamente africana.» (37)

Nos meses de Setembro e Outubro de 1921, o *A Batalha* irá acompanhar a par e passo as peripécias que envolvem o Congresso Pan-Africano, dedicando-lhe cerca de quinze artigos e transformando-o no principal assunto noticioso do jornal.

4.2. O Congresso Pan-Africano

O Congresso Pan-Africano realiza-se em três sessões nas cidades de Londres, Paris e Bruxelas, durante os meses de Agosto e Setembro. É um congresso apadrinhado pelas potências coloniais, França, Inglaterra e Bélgica, que o concebem como uma operação de lavagem do rosto da sua «obra civilizadora» nas respectivas colónias e, simultaneamente, de condenação do colonialismo alemão. Mas, a presença de numerosos partidários do movimento pan-africanista norte-americano e de vários movimentos negros sediados na Europa que apoiam as suas teses e as de Marcus Garvey, acaba por transformar o congresso no palco de um violento confronto entre duas linhas com soluções radicalmente diferentes para «o futuro da raça negra».

A linha dominante, que o *A Batalha* não hesita em classificar de «serventuária do capitalismo» e denuncia como estando enfeudada às potências colonizadoras, considera que «os negros não estão preparados para gozar todas as liberdades no progresso da raça negra.» (38)

Do outro lado, está a «linha americana», liderada por DuBois, dirigente do movimento pan-africano com sede nos EUA, «pugnando pela liberdade», defendendo que a emancipação dos negros não pode surgir à sombra das potências coloniais e que o movimento negro deve interessar aos operários de todo o mundo na sua luta e, por sua vez, apoiar a luta destes contra a exploração.

Esta corrente consegue fazer aprovar na sessão de Londres do Congresso uma moção que sintetiza os seus objectivos e a que o *A Batalha* dá grande destaque: «1.º A igualdade absoluta das raças; 2.º A igualdade absoluta de direitos entre todos os homens; 3.º A criação nas colónias de África de governos autónomos formados por negros; 4.º Constituição de um Estado Livre Negro, em que os elementos da raça possam à vontade desenvolver-se.» (39)

O *A Batalha* apoia entusiasticamente a «linha americana», que classifica como «revolucionária», não poupando elogios ao seu líder DuBois, «professor da universidade de Atlantá, historiador e economista notável»,⁽⁴⁰⁾ ao mesmo tempo que considera Diagne, principal dirigente da «corrente reformista», como um «traidor» e se refere depreciativamente aos seus seguidores como «negros europeizados».

Conforme relata o *A Batalha*, apesar de na sessão de Londres os americanos terem feito aprovar a sua moção, nas sessões seguintes, em Bruxelas e Paris, que o *A Batalha* classifica de «tragi-comédia», os diágnistas acorrem em maior número, acompanhados por altos funcionários das potências coloniais, e conseguem fazer prevalecer os seus pontos de vista.

Fazendo o balanço do Congresso, o *A Batalha* conclui que para «os negros europeizados... a verdade está em que a raça negra, não se bastando a si própria para progredir, precisa fatalmente da muleta da protecção legal e da tutela humilhante dos governos dos seus dominadores.»⁽⁴¹⁾ Em oposição, defende as declarações finais da delegação americana que considera que «a escravização de certas classes e raças são uma consequência da sua condição económica» e proclama que os únicos aliados dos negros «na luta pelas suas reivindicações... são as classes trabalhadoras das cidades e dos campos.»⁽⁴²⁾

4.3. A polémica entre o PNA e a Liga Africana

As duas tendências que se manifestam no Congresso Pan-Africano têm correspondência nas divergências que separam o PNA da Liga Africana; o primeiro, apoiante da «linha americana» e a segunda, fiel às orientações «diágnistas».

O diário *A Batalha*, naturalmente, toma abertamente o partido do PNA e noticia o boicote dum sessão promovida em Lisboa pela Liga Africana, na qual o senhor Nicolau Pinto, um dos delegados da Liga Africana ao Congresso, «constantemente interrompido teve de desistir... irrompendo a maioria da assembleia com vivas ao Sr. Marcus Garvey e ao Partido Nacional Africano e fora ao Sr. Diagne, traidor da causa africana e aos assimilados».⁽⁴³⁾

Publica ainda uma longa entrevista com o Dr. Américo Ribeiro, membro do PNA, onde dá conta que «as conclusões do Congresso Pan-Africano, não agradaram às correntes mais revolucionárias da raça negra» e que «em Portugal, no movimento emancipador da raça negra, como no movimento emancipador dos trabalhadores, começam a acentuar-se uma corrente reformista e outra caracterizadamente revolucionária»,⁽⁴⁴⁾ e critica a intervenção do sr. Nicolau Pinto no citado Congresso: «toda ela um hino de glorificação às maravilhas da colonização de Portugal» que faz «a apologia mentirosa do regime jurídico e político dos africanos portugueses.»⁽⁴⁵⁾

A numerosa série de artigos dedicados ao relato e análise do Congresso Pan-Africano, em Setembro/Outubro de 1921, representa uma perceptível mudança de qualidade na apreciação que o *A Batalha* faz da questão colonial. Se até então a preocupação central do jornal incidia na denúncia agitativa das «iniquidades» do colonialismo português, a partir desta altura, colocam-se abertamente questões políticas de fundo, como a da

definição dos objectivos do movimento pela emancipação da raça negra e o futuro das colónias portuguesas no quadro dessa emancipação. Os títulos que o *A Batalha* coloca nos artigos dedicados ao Congresso não deixam margem para dúvidas sobre a opção do jornal: «O Movimento emancipador dos africanos»; «A raça negra prepara-se para a luta» e «A emancipação dos negros há-de ser obra dos próprios negros».

Em Janeiro de 1922, num artigo intitulado: «Os escravos de negros», em que o *A Batalha* critica uma entrevista do bispo de Moçambique ao *Diário de Notícias*, afirma-se que «hoje, entre os negros cultos das colónias portuguesas, como de outros países, o espírito separatista é grande... esse perigo para os interesses dos patrioteiros é afinal um benefício para a humanidade inteira». ⁽⁴⁶⁾ E, para que não restem dúvidas sobre a sua simpatia com o «espírito separatista», acrescenta: «não se julgue que estas nossas palavras representam a defesa dos interesses ingleses que giram à volta das colónias portuguesas. Nem a uns, nem a outros damos o direito de apossar-se da terra alheia.» ⁽⁴⁷⁾

Nos artigos sobre o Congresso Pan-Africano, o *A Batalha* assume claramente a defesa da «emancipação da raça negra», apoiando as teses de DuBois e Marcus Garvey e a ideia de que o proletariado é o aliado natural dos negros nessa luta, dois temas que são uma constante em todas as suas tomadas de posição sobre a questão colonial. Logicamente, este posicionamento traz à superfície a questão concreta de saber como se vai realizar essa emancipação, isto é, faz emergir a problemática do «separatismo».

5. Mário Domingues e a questão da independência

5.1. A «História da colonização portuguesa»

Uma posição clara sobre este novo enfoque da questão colonial irá ser dada numa série de trinta artigos assinados pelo jornalista Mário Domingues (MD), sob o título genérico: «Para a história da colonização portuguesa».

Trata-se duma obra notável e coerente, onde a partir da denúncia «recheada de factos» do colonialismo português, o autor empreende a desmontagem da ideologia colonialista, expõe as raízes do sistema colonial e, em conclusão da sua análise, assume a defesa do separatismo e do «ideal belo da independência de África».

O mote é dado logo no primeiro artigo da série. Retomando um artigo de Cristiano Lima, em que este relatava a «triste história» de um pobre branco pintado de negro que, numa barraca da feira Mayer, servia de alvo aos brancos que lhe atiravam bolas de serradura, tendo como recompensa um charuto no caso de acertarem; MD transforma o dístico que encimava esta barraca, «O preto resiste a todos os portugueses», no tema central dos seus artigos: ⁽⁴⁸⁾

«É a história desse pobre diabo que vegeta ao deus-dará pelas nossas formosas colónias, é a história desse preto admirável que, através dos séculos, tem resistido a todos os portugueses, que nós vamos contar em artigos sucessivos», ⁽⁴⁹⁾ história que é, afinal, o relato da «obra de destruição que os portugueses, em nome da civilização, vêm executando em África.» ⁽⁵⁰⁾

As denúncias sucedem-se: casos de violação e morte fortuita de negros e a condenação do «sábio decreto n.º 15» que impede os funcionários negros de serem promovidos, como exemplos de racismo. ⁽⁵¹⁾ A descrição da forma como é colectado o «imposto sobre as cubatas», onde se relata como os administradores corruptos cobram imposto sobre o número de camas, sobre as crianças menores de 12 anos e até sobre os animais domésticos — «Até os gatos pagam imposto», ⁽⁵²⁾ é o título do artigo — como testemunho da exploração a que os negros estão sujeitos. A denúncia das grandes companhias, como a Companhia do Niassa, «mais forte e mais rica que o estado português», que possuem polícias privadas e «fazem lei no seu território», escravizando os negros e engajando-os para as minas do Transval. ⁽⁵³⁾ E a descrição dos protestos dos negros e da selvática repressão que sobre eles se abate, como o encerramento da Liga Angolana e o fecho do jornal *O Angolense*, cujo director é preso, ou o relato da prisão de dez negros que ousaram protestar contra a forma como os impostos eram colectados, na sequência do que, as aldeias a que pertenciam, Catete e Calombaloca, foram assaltadas por força de militares. ⁽⁵⁴⁾

Paralelamente a estas denúncias concretas, MD ataca a legislação colonial republicana e a ideologia que lhe serve de suporte. Respondendo a um artigo de MD, em que este denunciava a violação impune de várias negras, *O Mundo* considerava que tal facto «não poderia causar grande sofrimento ao negro, ao selvagem, porque este não possui nenhuma noção de dignidade pessoal», e realçava a «humanidade» da legislação colonial portuguesa, «a melhor do mundo». MD replica nas páginas do *A Batalha* que «a insensibilidade moral do negro perante o crime não pode reabilitar esse crime» e, ironiza, referindo que «os crimes que vimos apontando, devem ser fruto da nossa legislação colonial a que não falta um sopro de humanidade.» ⁽⁵⁵⁾

Referindo-se à «missão civilizadora dos portugueses», MD escreve que «com o chicote na mão e a aguardente na outra não se consegue civilizar ninguém. Pois tem sido assim, pelo álcool e pela violência que os portugueses, salvo raras excepções, têm querido fazer do negro um modelo de virtudes.» ⁽⁵⁶⁾

Uma dessas excepções seria Carvalho Araújo, cujo relatório sobre a sua governação no distrito de Inhambane sai a público e é fortemente censurado pelo governo da República. Na posse da sua versão integral, MD contesta a ideia defendida pelos colonos de que o negro «é inadaptável para o trabalho», o que justificaria o emprego do chicote e o trabalho forçado. Na sua opinião, apoiada no relatório de Carvalho Araújo, o negro «é dócil e trabalhador». São os agricultores, embriagando o indígena, as miseráveis remunerações e o regime de trabalho forçado para o Transval, porque o estado precisa do ouro que ele rende, que provocam a crise de mão-de-obra» ⁽⁵⁷⁾ e não a alegada «repugnância ao trabalho» do negro.

5.2. O ideal de independência

Após desmontar a obra da colonização portuguesa, MD, num artigo intitulado «O ideal de independência», ataca o patriotismo e defende o espírito separatista, o qual «alojou-se definitivamente no cérebro e no coração do negro escravizado e vexado por uma exploração iníqua». ⁽⁵⁸⁾ Se esse acontecimento não se revelou há mais tempo é

porque os brancos portugueses «teem tido medo de lesar a pátria com as revelações... e, por sua vez, os negros, tiveram receio das suas próprias aspirações». Contudo, «às infâmias praticadas pelo despotismo branco em África, só um ideal de independência se pode opôr com eficácia... Teem ou não os negros direito à independência? Teem. Como alcançá-la? Lutando.»⁽⁵⁹⁾

No mesmo artigo profetiza «talvez não tardem dez, quinze, vinte anos que Portugal corra o risco de ficar sem colónias para explorar, sem negros para tyrannizar...».⁽⁶⁰⁾

Pela primeira vez o ideal da emancipação da raça é concretizado na proposta de luta pela independência, assente no argumento de que esta é a mais eficaz no combate ao despotismo branco, tendo o autor pressentido o papel que «a união numa consciência rática» pode desempenhar na mobilização dos negros para a luta.

No entanto, MD defende-se de quaisquer conotações do conceito de independência das colónias que preconiza com um espírito nacionalista. «Perante o imperialismo europeu, não há pretos portugueses, ingleses ou alemães, há homens que desejam ser livres».⁽⁶¹⁾

Aludindo às revoltas que irrompem no continente africano, nomeadamente, no Transval e no Congo Belga, considera que «essas revoltas periódicas, que se verificam aqui e acolá, não são mais do que prenúncios de uma revolução imensa que abaterá o poder, não apenas de um país, mas de todas as potências coloniais. Parece estar indicado que o movimento emancipador dos africanos tende a generalizar-se, aproximando-se do ideal duma confederação continental.».⁽⁶²⁾ É a utopia anarquista da grande revolução mundial gerando uma sociedade sem fronteiras, o «conjunto harmónico de uma humanidade livre de todas as opressões» que MD tem em mente.

A problemática geral da emancipação da raça transmutou-se, pela pena de MD, na luta pela independência. Mas uma independência que, à semelhança do ideal da emancipação, «paira acima dos interesses mesquinhos das pátrias opressoras». Trata-se, afinal, de um meio «eficaz» para acabar com a tyrannia dos colonizadores e atingir a liberdade, que se materializará, não na formação de novos países, mas no quadro duma «Confederação Africana».⁽⁶³⁾

No artigo final da sua «Para a história da colonização portuguesa», MD, que conjuga o idealismo utópico dos anarquistas com um espírito prático, defende a necessidade de utilizar os organismos de defesa da raça negra já constituídos e propõe um autêntico programa político de reivindicações imediatas como forma de consciencialização e mobilização dos negros para a luta.

Como os negros já possuem alguns organismos de defesa da raça, considera que «Não devem estes esperar que o tirano abandone, por súbita compaixão, a sua tyrannia» «compete a esses organismos canalizar, disciplinar, coordenar todas as energias dispersas no sentido da emancipação; aproveitar o espírito separatista que a tyrannia criou e dar-lhe corpo, alma, vida...».⁽⁶⁴⁾

Considerando que a acção é o melhor meio de educação, sugere que «os negros deviam lutar por reivindicações imediatas... Os organismos negros deviam, quanto a nós, reivindicar imediatamente a abolição do álcool, dos castigos corporais, do imposto de palhota; a isenção do serviço militar; a liberdade absoluta de trabalho e imprensa; uma ampla amnistia para todos os presos por questões ráticas, políticas ou sociais; a

equiparação de salários e vencimentos do preto com os do branco... A luta pelo triunfo destas reivindicações parciais prepara os ânimos, educa os espíritos para uma acção mais forte... É preciso que o negro português ingresse também nesse movimento colossal... que tem por objectivo a independência de África.»⁽⁶⁵⁾ A consciência de que a luta pela independência da raça se enquadra na luta mais geral dos explorados mantém-se, mas, com os artigos de MD, torna-se claro o questionamento do próprio sistema de dominação colonial, vinculado ao imperialismo europeu.

Uma pergunta, no entanto, se coloca: seria Mário Domingues uma voz isolada a pregar no deserto da indiferença do militantismo libertário da época?

5.3. Mário Domingues, uma voz isolada?

A verdade é que Mário Domingues é a única voz que defende explicitamente a independência das colónias mas, como salientámos anteriormente, ao vincular a independência de todas as colónias, sujeitas ao imperialismo europeu, à proposta de uma Confederação Africana, não ultrapassa os quadros mentais da ideologia anarquista nem contradiz o seu vincado antipatriotismo.

Por outro lado, a sua «História da Colonização...» surge na sequência lógica dos artigos sobre o Congresso Pan-Africano e na mesma linha de pensamento do pan-africanista americano e das teses de Marcus Garvey, ideias que se repetem em muitos outros artigos publicados durante a existência legal do *A Batalha*.

Muitos desses artigos, que não estão assinados, poderão, muito plausivelmente, ter sido escritos pelo próprio Mário Domingues, «especialista» da questão colonial. Mas, embora os redactores do *A Batalha* gozassem de ampla margem de autonomia, segundo um dos seus chefes de redacção, David de Carvalho, eram responsáveis perante o Conselho Federal da CGT.⁽⁶⁶⁾ Não nos parece, pois, credível que Mário Domingues escrevesse um tão grande número de artigos expressando uma opinião pessoal, sem que a sua orientação geral tivesse o acordo da direcção da CGT.

Em abono da tese de que Mário Domingues representa uma corrente de pensamento em formação e não uma voz isolada, existem no «Suplemento Literário» do *A Batalha* alguns artigos de fundo, assinados por autores como Ferreira de Castro e Cristiano Lima, que retomam a denúncia da barbárie do colonialismo português e a apologia das lutas de libertação contra as potências coloniais.

O escritor Ferreira de Castro, simpatizante anarquista e colaborador assíduo do «Suplemento Literário» do *A Batalha*, num artigo de crítica à «justiça» colonial escreve, porventura de uma forma mais radical do que Mário Domingues: «[...] nas selvas africanas, eu já o escrevi uma vez, há sangue humano que clama há séculos uma implacável vingança contra os colonizadores portugueses... não me surpreenderei se um dia os 'justiciados' abandonarem a sua letargia e resolverem executar os 'justiciados'». ⁽⁶⁷⁾

Num outro artigo, Ferreira de Castro critica o Partido Nacional Africano que se dispõe a defender os processos colonizadores dos portugueses, alvo duma campanha internacional na sequência do Relatório Ross, numa atitude que, segundo o escritor,

«vai trair os próprios fins para que eu supunha criado aquele organismo». As virtudes coloniais que os jornais portugueses exaltam «só existem na boca desse gramofone mentiroso que é a História». Neste artigo, Ferreira de Castro faz um impressionante libelo acusatório do colonialismo português, «cujo papel, sempre foi e ainda é hoje... manter escravizados os habitantes das suas colónias.»⁽⁶⁸⁾

Cristiano Lima, num artigo sobre «Nacionalismo e Tradição» em que analisa o carácter dos movimentos de libertação que eclodem em África e na Ásia, apoia com entusiasmo estes movimentos, que considera revolucionários e favoráveis ao progresso, ao mesmo tempo que nega o seu carácter nacionalista. «A África e a Ásia lançaram-se no nacionalismo e querem reatar o fio perdido da sua tradição? Pura ilusão. A África e a Ásia romperam com a tradição que durante séculos os escravizou e imobilizou, romperam com o nacionalismo que as fez viver na ignorância e na sordidez. Abdel-Krim não sonha com o antigo império mouro, mas com uma república moderna... O chinês cortando o rabicho e destruindo o império cortou as suas relações com o passado... Os revoltosos de África e Ásia estão embriagados pelo progresso...». E conclui que estes movimentos favorecem o caminho «para a grande unidade humana, para a qual o mundo tende irresistivelmente.»⁽⁶⁹⁾

Esta operação de redução do carácter destes movimentos ao seu aspecto progressista, é paradigmática das dificuldades que os militantes libertários têm em «digerir» as implicações da «questão nacional». Confrontados com a eclosão de movimentos de libertação nacional, apoiam-nos inequivocamente mas escamoteando o seu cunho nacionalista. Em vários outros artigos e pequenas notícias, inseridas no *A Batalha* e no seu «Suplemento Literário», deparamos sempre com a apologia entusiasta da luta de Abdel-Krim pela libertação do Riff, do movimento de Ghandi na Índia, da luta do IRA pela libertação da Irlanda, dos indígenas na África do Sul e das revoltas na China e no Egipto. Em suma, Mário Domingues não está só na sua campanha a favor da libertação dos negros.

O conjunto de argumentos que acabamos de expôr leva-nos a concluir que as posições de Mário Domingues, como as de Cristiano Lima e Ferreira de Castro e as expressas em artigos não assinados do *A Batalha* sobre a questão colonial, traduzem o processo de formação de uma corrente de pensamento favorável à libertação das colónias portuguesas.

6. A questão colonial nos congressos do movimento operário

As duas teses aprovadas em Congressos sindicais sobre a questão colonial também testemunham a importância que o movimento operário dedica a esta questão.

A tese sobre «A Organização Operária nas Colónias», aprovada no Congresso de 1919, começa por uma significativa condenação do colonialismo «inaceitável à luz do direito e inconveniente por incompatível com o progresso dos povos».

Após esta afirmação de princípio, propõe a criação de uma estrutura organizativa independente da metropolitana que agrupe os povos coloniais, visto que estes sendo «etnologicamente diferentes do continental [...] são os únicos competentes para resolverem

os seus problemas e [...] um dia compreenderão que só com a sua acção podem contar [...] embora possam esperar o incondicional apoio da organização da metrópole». (70)

Esta organização, a criar «de imediato», seria constituída por sindicatos e federações da indústria, em tudo semelhantes aos existentes na metrópole, os quais «tendo em atenção o efeito de remodelação que a próxima revolução vai operar», ou seja, «a internacionalização dos sindicatos», deveriam «agrupar nas várias centrais os povos de determinadas regiões, embora de países diferentes», (71) proposta que se sugere seja apresentada no próximo Congresso de Amesterdão da Internacional Anarquista. Esta proposta «seria a mais formal demonstração do espírito anti-patriota do proletariado universal.».

Do ponto de vista ideológico, estamos perante uma clara afirmação de fé no espírito universalizante e internacionalista do anarquismo, a qual, simultaneamente, traduz a crença na revolução próxima, sem dúvida influenciado pelo optimismo gerado pela revolução russa. Do ponto de vista organizativo, a proposta veicula a ideia, cara aos anarco-sindicalistas, de criação da estrutura sindical por etapas e da base para o topo, mas perspectivada a uma escala planetária.

No seu conjunto, a tese aprovada no Congresso de 1919 integra-se claramente nos princípios do militantismo libertário e coaduna-se com as ideias desenvolvidas por Mário Domingues a partir de 1921, nomeadamente, a defesa de uma Confederação Africana como corolário da luta pela emancipação da raça. Só que, enquanto MD desenvolve propostas concretas, o Congresso de 1919 coloca o acento nas afirmações de princípio, sem dúvida coerentes, mas claramente desfazadas da realidade vivida nas colónias.

Já as «teses sobre as condições de trabalho nas colónias», redigidas por Manuel Joaquim de Sousa e aprovadas no Congresso da CGT de 1925, representam um substancial retrocesso relativamente às propostas de 1919. Apesar de reiterarem a condenação do colonialismo, as teses dirigem-se aos operários brancos preconizando o «fomento da organização sindical nas colónias», apenas sugerindo um esforço para que nela «ingressem pretos assalariados, embora seleccionados».

O abandono da anterior proposta de organização autónoma dos negros baseia-se na constatação da «impossibilidade de os pretos poderem, no momento actual, repelir dignamente e pelo seu esforço colectivo e directo a afrontosa escravidão», visto estarem «imersos na ignorância» e «corrompidos por vícios». Quanto à questão colonial, as teses limitam-se a apelar aos «pretos europeizados não contaminados pelo espírito burguês» para que constituam uma minoria activa que seja «o agente inoculador do espírito de liberdade e bem-estar económico dos escravos em África». (72)

Uma tão longa citação é necessária para vincar bem o retrocesso relativamente à tese de 1919. Não só a CGT abandona a proposta organizativa então formulada, como revela uma grande desconfiança relativamente aos negros «não-europeizados». Tudo se passa como se a CGT tivesse descido das nuvens ideológicas em que vogam as teses de 1919, com todo o seu optimismo revolucionário, para mergulhar num cepticismo cinzento relativamente às potencialidades revolucionárias dos negros.

Em 1925, o movimento operário português estava em pleno refluxo, regimes ditatoriais implantaram-se em Itália e Espanha, cresce a ameaça fascista em Portugal

e a revolução «imediate» parece cada vez mais distante. Sem dúvida que esta situação, muito diversa da que se vivia em 1919, se reflecte no tom céptico das teses de 1925.

Mas, independentemente dos efeitos da mudança na conjuntura, ressalta claramente das teses de 1925 uma visão da realidade colonial contaminada de eurocentrismo e de um paternalismo em relação aos negros, bem distantes das posições assumidas no *A Batalha*. Mais ainda, a visão dos negros como uma massa «imersa na ignorância» e «corrompida por vícios» e o apelo aos «pretos europeizados», retomando o espírito da distinção, consagrado nas leis coloniais da República, entre negros civilizados ou «assimilados» e «indígenas incivilizados», testemunham a permissividade destas teses à mentalidade colonialista.

Não menos reveladora das ambiguidades e contradições existentes no movimento operário quanto à questão colonial, é a proposta que Carlos Rates pretendia apresentar no 1.º Congresso do PCP, preconizando a venda das colónias à Inglaterra, a fim de, com o produto da venda, se promover o fomento da agricultura e do comércio em Portugal. J. H. Droz, delegado da Internacional ao congresso, relata as dificuldades que teve em «obter do Comité Central a retirada desta tese e fazer-lhe compreender que a libertação dos povos das colónias não pode ser uma mudança de senhor e que esta tese faria do Partido um comerciante de escravos.»⁽⁷³⁾

Esta tese é elucidativa sobre as ambiguidades com que alguns sectores do movimento operário português encaravam a questão colonial. A Internacional Comunista, ao contrário da Internacional Anarquista, tinha uma posição bem definida de apoio à luta nacional revolucionária dos povos dos países colonizados que considerava «agir objectivamente contra a existência da ordem burguesa mundial».⁽⁷⁴⁾

7. O despertar da consciência anti-colonial em Portugal

As posições que acabámos de referir, expressas no jornal *A Batalha*, baseadas na análise de largas dezenas de artigos sobre a questão colonial, e as referências aos congressos da CGT de 1919 e 1925, comprovam que o movimento operário organizado não estava alheado do problema colonial nem perfilhava a «vaga de nacionalismo colonialista» que teria unido o conjunto da sociedade portuguesa em torno do projecto colonial republicano. Importa também salientar que o jornal *A Batalha* não se limita à condenação dos excessos na exploração escravagista dos negros mas, ao apoiar os ideais pan-africanistas, põe em causa o próprio sistema colonial.

Porém, este processo de ruptura com os esquemas ideológicos dominantes não é (nem poderia ser) linear. Pudemos constatar, a propósito das posições do movimento operário das colónias e das teses do Congresso da CGT de 1925, a existência de diversos matizes e até contradições nas posições que o movimento operário assume publicamente sobre a questão colonial.

Obviamente que ao analisarmos a forma como é problematizada a questão colonial na primeira metade da década de vinte, temos que considerar a análise dos processos sociais históricos que estão em curso e as formas ideológicas que caracterizam o movimento operário na época.

A emergência de uma consciência anti-colonialista nalguns sectores do militantismo libertário resulta do seu vínculo aos princípios da ideologia anarquista. São os ideais de dignificação da condição humana, a afirmação da solidariedade de todos os explorados e oprimidos sem distinção de raças ou fronteiras, e o ideal duma pátria universal que sustentam e dão coerência aos dois temas fundamentais em que assenta a argumentação do *A Batalha*: o direito da raça negra à emancipação e a aliança natural entre o proletariado e os negros que lutam pela sua libertação. Contudo, esta fidelidade aos princípios é, simultaneamente a origem de algumas ambiguidades detectáveis nas análises do problema colonial.

A emancipação da raça negra é entendida, num sentido lato, como libertação da miséria e da opressão inerentes à exploração capitalista na sua forma colonialista. E, pese embora se aceite a especificidade do problema da raça, o prisma através do qual tendem a ser encarados os efeitos do colonialismo é o mesmo com que se analisa a situação de todos os trabalhadores explorados, muitas vezes denunciada metaforicamente como «escravatura». Daí que a especificidade do sistema de exploração colonial, nomeadamente a tutela por um país colonizador, resulte por vezes diluída.

Por outro lado, naturalmente que o conceito de emancipação se sobrepõe ao de independência, que é totalmente estranho ao ideário anarquista e contraditório com a sua visão internacionalista da luta dos explorados. Aqui reside a raiz da relutância dos anarquistas relativamente às lutas pela independência nacional que referimos a propósito do artigo de Cristiano Lima e que também se reflecte nas páginas do *A Batalha*. A questão nacional é um problema fulcral que a ideologia libertária não resolve. Os anarquistas defendem a luta pela emancipação da raça e apoiam os movimentos de libertação contra as potências coloniais, mas, no fundo, consideram que a questão rática só se resolverá com a destruição do estado e do sistema económico capitalista.

É neste aspecto que Mário Domingues marca a diferença. Na nossa opinião, que avançamos como hipótese de trabalho, a especificidade da sua perspectiva anti-colonialista, que se mantém fiel aos quadros conceptuais libertários, poderá advir da maior sensibilidade que revela às peculiaridades do sistema colonial e do conhecimento prático das dificuldades que coloca a organização dum movimento pela emancipação da raça. São estes factores — a que não será alheio o facto de MD ser um mulato originário de S. Tomé e manter relações privilegiadas com as organizações militantes de negros — que o terão levado a compreender a importância da «união numa consciência rática» como factor de consciencialização dos negros e do papel que pode ter a bandeira da «independência», como concretização do ideal emancipador.

O outro factor que influencia algumas das tomadas de posição de alguns sectores do movimento operário é a contaminação pela ideologia colonialista. Nos anos vinte do nosso século desenvolve-se um movimento de expansão imperialista das potências europeias, recoberto por uma ideologia pretensamente humanitária e civilizadora. O próprio pensamento científico é dominado pelo paradigma do evolucionismo e acredita-se que a Europa corporiza o estágio mais avançado de civilização que outras culturas ainda não alcançaram. O militantismo operário não é, evidentemente, imune ao apelo destas ideias.

Em conclusão, as posições sobre a questão colonial que emergem no seio do militantismo libertário forjam-se a partir dos princípios ideológicos anarquistas, nomeadamente o anti-patriotismo e a perspectiva da luta dos explorados no quadro duma estratégia mundial, mas sofrem os efeitos secundários da influência duma mentalidade eurocêntrica e até da própria ideologia colonialista. É no cruzamento destes dois vectores ideológicos que se moldam as primeiras formas de consciência anti-colonial e é dele que decorrem as diferenças e contradições que referenciámos.

No caso do *A Batalha*, objecto do nosso estudo, os artigos dedicados à criação do Partido Nacional Africano marcam um claro ponto de viragem, ao questionarem de forma inequívoca o próprio sistema colonial. Apesar de algumas ambiguidades, a sua atitude de condenação sistemática do colonialismo e defesa da emancipação da raça negra, põe em causa o direito de Portugal dominar as colónias. Neste sentido, testemunham o início da formação duma corrente de pensamento anticolonialista em Portugal.

Notas

- (1) DUFFY, J., *Portugal in Africa*, Harmondsworth, 1962, p. 260.
- (2) MARQUES, O., *A 1.ª República Portuguesa*, Livros Horizonte, Lisboa, 1980, p. 104.
- (3) CAPELA, José, *O movimento operário em Lourenço Marques, 1898-1927*, Ed. Afrontamento, Lisboa, 1974.
- (4) *A Batalha*, n.º 1785, de 18-09-1924.
- (5) *A Batalha*, de 11-05-1923.
- (6) Suplemento Literário de *A Batalha*, n.º 93, de 07-09-1925.
- (7) *A Batalha*, de 29-01-1925.
- (8) *A Batalha*, de 14-01-1925.
- (9) *A Batalha*, de 15-06-1923.
- (10) *A Batalha*, de 04-12-1925.
- (11) *A Batalha*, de 21-10-1924.
- (12) *A Batalha*, de 28-04-1922.
- (13) *A Batalha*, de 20-04-1923.
- (14) *A Batalha*, n.º 1488, de 30-09-1923.
- (15) *A Batalha*, n.º 1350, de 19-04-1923.
- (16) *A Batalha*, de 05-12-1924.
- (17) *A Batalha*, de 05-12-1924.
- (18) *A Batalha*, de 07-10-1923.
- (19) *A Batalha*, de 01-04-1927.
- (20) *A Batalha*, de 01-04-1927.
- (21) CAPELA, José, *O Movimento Operário em Lourenço Marques, 1898-1927*, Ed. Afrontamento, Lisboa, 1974, p. 10.
- (22) *A Batalha*, de 30-07-1925.
- (23) José Capela, *op. cit.*, p. 191.
- (24) *A Batalha*, de 25-05-1927.
- (25) *A Batalha*, de 05-04-1921.
- (26) *A Batalha*, de 16-04-1921.
- (27) *Ibidem*.
- (28) *A Batalha*, de 05-03-1924.
- (29) *A Batalha*, de 07-10-1923.

- (30) *A Batalha*, de 07-10-1923.
- (31) *A Batalha*, de 13-11-1924 e de 21-12-1924.
- (32) *A Batalha*, de 28-03-1921.
- (33) *A Batalha*, de 05-04-1921.
- (34) *A Batalha*, de 23-08-1921.
- (35) *O Protesto Indígena*, n.º 1, de 21-11-1921.
- (36) *O Protesto Indígena*, n.º 1, de 21-11-1921.
- (37) *A Batalha*, de 27-08-1921.
- (38) *A Batalha*, de 02-10-1921.
- (39) *A Batalha*, de 01-10-1921.
- (40) *A Batalha*, de 01-10-1921.
- (41) *A Batalha*, de 12-10-1921.
- (42) *Ibidem*.
- (43) *A Batalha*, de 20-09-1921.
- (44) *A Batalha*, de 27-09-1921.
- (45) *A Batalha*, de 04-10-1921.
- (46) *A Batalha*, de 27-01-1922.
- (47) *Ibidem*.
- (48) *A Batalha*, de 28/06/1922.
- (49) *A Batalha*, de 30-06-1922.
- (50) *A Batalha*, de 01-07-1922.
- (51) *A Batalha*, de 01-07-1922.
- (52) *A Batalha*, de 06-07-1922.
- (53) *A Batalha*, de 16-07-1922.
- (54) *A Batalha*, de 19-07-1922.
- (55) *A Batalha*, de 07-07-1922.
- (56) *A Batalha*, de 19-07-1922.
- (57) *A Batalha*, de 19-07-1921.
- (58) *A Batalha*, de 05-07-1922.
- (59) *A Batalha*, de 05-07-1922.
- (60) *Ibidem*.
- (61) *A Batalha*, de 13-07-1922.
- (62) *A Batalha*, de 13-07-1922.
- (63) *A Batalha*, de 25-07-1922.
- (64) *A Batalha*, de 25-07-1922.
- (65) *A Batalha*, de 25-07-1922.
- (66) Entrevista com David de Carvalho, in BATISTA, J., «Surgindo Vem ao Longe a Nova Aurora... Para a História do Diário Sindicalista», *A Batalha*, 1919-27, Lisboa, 1977, pp. 181 e segs.
- (67) Suplemento Literário do *A Batalha*, de 16-03-1925.
- (68) Suplemento Literário do *A Batalha*, de 31-08-1925.
- (69) Suplemento Literário do *A Batalha*, de 13-07-1925.
- (70) *A Batalha*, de 02-07-1919 (Citações do Congresso de 1919).
- (71) *A Batalha*, de 02-07-1919 (Citações do Congresso de 1919).
- (72) SOUSA, M. Joaquim, *O Sindicalismo em Portugal*, Ed. Afrontamento, Lisboa, 1972, p. 169 e 170.
- (73) QUINTELA, J., *Para a História do Movimento Comunista em Portugal, I. A Construção do Partido (1.º período, 1919-1929)*, Ed. Afrontamento, Porto, 1976, p. 54.
- (74) Ver «Teses e aditamentos sobre as questões nacional e colonial» aprovadas no 2.º Congresso da Internacional Comunista, realizado em Julho de 1920.